

Caldas Novas Transmissão S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E

Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás

Edifício New Business Style

74810-100 - Goiânia/GO - Brasil

Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil

Telefone +55 (62) 3604-7900

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Caldas Novas Transmissão S.A.
Goiânia – GO**

Opinião adversa

Examinamos as demonstrações financeiras da Caldas Novas Transmissão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião adversa”, as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caldas Novas Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa

Conforme nota explicativa nº 2.2, durante o exercício de 2020, a Companhia alterou a alocação do preço do contrato aos seus componentes construção, de operação e manutenção e a taxa de desconto para seu único contrato de concessão em relação a anteriormente definida e reconheceu retrospectivamente os efeitos dessa mudança através de reapresentação dos valores correspondentes, em desacordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos de clientes, que estabelece que a alocação do preço do contrato e a determinação da taxa de desconto devem ser realizadas na adoção inicial desse pronunciamento. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020 o total de ativos está superavaliado em R\$ 31.266 mil (R\$ 29.719 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 28.776 mil em 01 de janeiro de 2019), o passivo não circulante superavaliado em R\$ 2.103 mil (R\$ 2.000 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1.937 mil em 01 de janeiro de 2019), o resultado líquido superavaliado em R\$ 2.835 mil (R\$ 879 mil em 31 de dezembro de 2019) e o patrimônio líquido superavaliado em R\$ 26.328 mil (R\$ 27.719 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 26.839 mil em 01 de janeiro de 2019).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 17 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO



Isaac de Mello
Contador CRC 1SP-294263/O-1

Caldas Novas Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 01 de Janeiro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)	Passivo	Nota	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.681	2.277	2.023	Fornecedores		182	4	795
Concessionárias e permissionárias	6	553	535	470	Empréstimos e financiamentos	9	1.482	1.374	1.341
Ativo contratual	7	3.956	3.956	3.883	Impostos correntes a pagar		74	63	53
Impostos a recuperar		10	10	10	Obrigações estimadas		8	7	8
Outros ativos		119	40	50	Dividendos a pagar	11.c	1.128	2.467	2.000
					Outras contas a pagar		224	192	346
Total do ativo circulante		6.319	6.818	6.436	Total do passivo circulante		3.098	4.107	4.543
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Aplicações financeiras	5	799	783	748	Empréstimos e financiamentos	9	6.619	7.484	8.888
Ativo contratual	7	59.738	58.959	58.815	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.a	1.961	1.938	1.931
					Outros tributos diferidos	15.a	2.325	2.296	2.289
Total do ativo não circulante		60.537	59.742	59.563	Total do passivo não circulante		10.905	11.718	13.108
Imobilizado	13	13	9	16	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante		60.550	59.751	59.579	Capital social	11.a	18.149	18.149	18.149
					Reserva de lucros	11.b	34.717	32.595	30.215
					Total do patrimônio líquido		52.866	50.744	48.364
					Total do passivo		14.003	15.825	17.651
Total do ativo		66.869	66.569	66.015	Total do passivo e patrimônio líquido		66.869	66.569	66.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresenta)
Receita líquida	12	5.457	4.362
Custo de operação e manutenção	13	<u>(1.041)</u>	<u>(863)</u>
Lucro bruto		<u>4.416</u>	<u>3.499</u>
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8.b	(498)	(342)
Remuneração do pessoal		(121)	(110)
Serviço de terceiros		(287)	(313)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(63)</u>	<u>909</u>
Total das despesas gerais e administrativas		<u>(969)</u>	<u>144</u>
Receitas financeiras	14	44	133
Despesas financeiras	14	<u>(535)</u>	<u>(759)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(491)</u>	<u>(626)</u>
Resultado antes da tributação		2.956	3.017
Imposto de renda e contribuição social	15.c	<u>(173)</u>	<u>(171)</u>
Resultado do exercício		<u><u>2.783</u></u>	<u><u>2.846</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Resultado do exercício	2.783	2.846
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.783</u>	<u>2.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Publicado em 31 de dezembro de 2018	<u>18.149</u>	<u>1.706</u>	<u>1.670</u>	<u>-</u>	<u>21.525</u>
Ajuste de reapresentação	-	-	26.840	-	26.840
Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)	<u>18.149</u>	<u>1.706</u>	<u>28.510</u>	<u>-</u>	<u>48.365</u>
Resultado do exercício	-	-	-	2.846	2.846
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	98	-	(98)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(467)	(467)
Constituição da reserva retenção de lucros	-	-	2.281	(2.281)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	<u>18.149</u>	<u>1.804</u>	<u>30.791</u>	<u>-</u>	<u>50.744</u>
Resultado do exercício	-	-	-	2.783	2.783
Destinação do resultado do exercício					
Constituição da reserva legal	-	139	-	(139)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(661)	(661)
Constituição da reserva retenção de lucros	-	-	1.983	(1.983)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>18.149</u>	<u>1.943</u>	<u>32.774</u>	<u>-</u>	<u>52.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caldas Novas Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício		2.783	2.846
Ajustes em:			
Tributos e impostos diferidos	15.a	52	14
Remuneração do ativo contratual	12	(4.809)	(4.172)
Depreciação		2	7
Juros de empréstimos e financiamentos	9.c	518	668
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(18)	(22)
		<u>(1.472)</u>	<u>(659)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Ativo contratual		4.030	3.956
Concessionárias e permissionárias		(18)	(65)
Outros ativos		(79)	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		178	(792)
Impostos correntes a pagar		140	142
Obrigações estimadas		1	(1)
Outras contas a pagar		32	(154)
		<u>4.284</u>	<u>3.097</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(129)	(132)
		<u>2.683</u>	<u>2.306</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(6)	-
Aplicações financeiras		2	(13)
		<u>(4)</u>	<u>(13)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(2.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9.c	(985)	(1.392)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	9.c	(290)	(647)
		<u>(3.275)</u>	<u>(2.039)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(596)</u>	<u>254</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	2.277	2.023
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>1.681</u>	<u>2.277</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(596)</u>	<u>254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Caldas Novas Transmissão S.A. (“Companhia”) com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, pelos acionistas: Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), Desenvix Energias Renováveis S.A. (“Desenvix”), Santa Rita Com. e Instalações Ltda. (“Santa Rita”) e Cel Engenharia Ltda. (“Cel”), vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

1.2 Coronavírus (Covid-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de coronavírus (COVID-19) como uma emergência de surto global. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e concedendo pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Diante do cenário descrito anteriormente, a Companhia adotou a medida de auxílio econômico e financeiro introduzida pelo Governo Federal:

- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S). A MP 932 de 01/04/2020 trouxe a redução da alíquota de terceiros, ficando estabelecido a alíquota reduzida de 5,8% para 4,55% nas competências 04/2020, 05/2020 e 06/2020 que estão de acordo com o ato declaratório executivo CODAC Nº 14, de 13 de Abril de 2020.

No Setor Elétrico Brasileiro, a pandemia tem causado a apreensão de agentes, governo e consumidores com os possíveis impactos econômico-financeiros, exigindo ações que garantam a solvência do setor.

Tendo em vista a agilidade requerida, em atenção a diversas manifestações recebidas pela Agência e considerando a necessidade de preservação dos serviços essenciais de energia elétrica, em especial após a recomendação de medidas de isolamento social, a ANEEL implementou medidas iniciais para mitigação dos efeitos da pandemia, tais como: suspensão de prazos (Portaria nº 6.310, de 2020), aprovação de medidas excepcionais em relação a suspensão de serviço e priorização de serviços essenciais (REN nº 878, de 2020), instituição do GMSE (Portaria nº 6.335, de 2020), aprovação de reajustes com suspensão da aplicação por 90 (noventa) dias e, dentre outros, a liberação de valor remanescente de Encargos de Serviço de Sistema (ESS), conforme Despacho nº 986, de 7 de abril de 2020.

O serviço de transmissão é regido pelo Contrato de Prestação do Serviço de Transmissão (CPST) e remunerado pela disponibilidade das instalações, por meio do recebimento mensal pelas transmissoras de um duodécimo da RAP homologada em cada Ciclo Tarifário. O faturamento da receita mensal pelas transmissoras ocorre a partir do pagamento pelos usuários do sistema de transmissão – geradores, distribuidoras, consumidores livres e importadores/exportadores – dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) e de encargos de conexão.

Tendo em vista que um dos efeitos da pandemia no setor elétrico é a possível redução de demanda no segmento de consumo (distribuidoras e consumidores livres), as ações no segmento de transmissão devem incentivar que os usuários do sistema de transmissão continuem honrando seus contratos e cumprindo suas obrigações quanto aos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

Nesse sentido, a principal medida a ser avaliada consiste na utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020. A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que se inicia em 1º de julho de 2020.

Por fim, o seguinte impacto foi identificado nas demonstrações financeiras da Companhia:

Postergação de vencimento dos empréstimos, pelo prazo de seis meses tendo início na parcela vincenda do mês de maio de 2020. Com essa postergação a transmissora tem uma estimativa de aumentar seu fluxo de caixa com valores que contemplando amortização e juros em mais ou menos R\$ 640.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos exercícios dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Quanto aos impactos nos índices de arrecadação e nos níveis de inadimplência, estão sendo monitorados pelo setor financeiro e até o momento, a inadimplência das transmissoras permanece nos mesmos patamares de antes do surgimento da pandemia, dentro de 0,5%.

1.3 Da concessão

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:

Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.

Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à Transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 2.725/2020, emitida pela ANEEL em 14 de Julho de 2020, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2020-2021 é de R\$ 5.248, incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) do setor elétrico - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devido à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º, da Lei nº 12.783/2013, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para a obtenção dos licenciamentos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da

Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas e parcela de risco variável no cálculo das margens), visto que no modelo anterior utilizavam-se a NTNB 2045. Com isso, a Companhia identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 879 para o exercício de 2019, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 26.839 para exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido do balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu a rerepresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura, com os ajustes conforme demonstrado a seguir:

Os efeitos destes ajustes no balanço patrimonial são como segue:

Balanço patrimonial	01/01/2019 (Reapresentado)		
	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.023	-	2.023
Concessionárias e permissionárias	470	-	470
Ativo contratual	2.572	1.311	3.883
Impostos a recuperar	10	-	10
Outros ativos	50	-	50
Total do ativo circulante	5.125	1.311	6.436
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	748	-	748
Ativo contratual	31.350	27.465	58.815
	32.098	27.465	59.563
Imobilizado	16	-	16
Total do ativo não circulante	32.114	27.465	59.579

Total do ativo	<u>37.239</u>	<u>28.776</u>	<u>66.015</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	795	-	795
Empréstimos e financiamentos	1.341	-	1.341
Impostos correntes a pagar	53	-	53
Obrigações estimadas	8	-	8
Dividendos a pagar	2.000	-	2.000
Outras contas a pagar	<u>346</u>	<u>-</u>	<u>346</u>
Total do passivo circulante	<u>4.543</u>	<u>-</u>	<u>4.543</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8.888	-	8.888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.044	887	1.931
Outros tributos diferidos	<u>1.239</u>	<u>1.050</u>	<u>2.289</u>
Total do passivo não circulante	<u>11.171</u>	<u>1.937</u>	<u>13.108</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18.149	-	18.149
Reserva de lucros	<u>3.376</u>	<u>26.839</u>	<u>30.215</u>
Total do patrimônio líquido	<u>21.525</u>	<u>26.839</u>	<u>48.364</u>
Total do passivo	<u>15.714</u>	<u>1.937</u>	<u>17.651</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>37.239</u>	<u>28.776</u>	<u>66.015</u>

Balanco patrimonial	31/12//2019 (Reapresentado)		
	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.277	-	2.277
Concessionárias e permissionárias	535	-	535
Ativo contratual	2.572	1.384	3.956
Impostos a recuperar	10	-	10
Outros ativos	<u>40</u>	<u>-</u>	<u>40</u>

Total do ativo circulante	5.434	1.384	6.818
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	783	-	783
Ativo contratual	30.624	28.335	58.959
	31.407	28.335	59.742
Imobilizado	9	-	9
Total do ativo não circulante	31.416	28.335	59.751
Total do ativo	36.850	29.719	66.569
Passivo circulante			
Fornecedores	4	-	4
Empréstimos e financiamentos	1.374	-	1.374
Impostos correntes a pagar	63	-	63
Obrigações estimadas	7	-	7
Dividendos a pagar	2.467	-	2.467
Outras contas a pagar	192	-	192
Total do passivo circulante	4.107	-	4.107
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7.484	-	7.484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.022	916	1.938
Outros tributos diferidos	1.212	1.084	2.296
Total do passivo não circulante	9.718	2.000	11.718
Patrimônio líquido			
Capital social	18.149	-	18.149
Reserva de lucros	4.876	27.719	32.595
Total do patrimônio líquido	23.025	27.719	50.744

Total do passivo e patrimônio líquido	<u>36.850</u>	<u>29.719</u>	<u>66.569</u>
	<u>31/12/2019 (Reapresentado)</u>		
Demonstração do resultado	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado
Receita líquida	3.452	910	4.362
Custo de operação e manutenção	<u>(863)</u>	<u>-</u>	<u>(863)</u>
Lucro bruto	<u>2.589</u>	<u>910</u>	<u>3.499</u>
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	(342)	-	(342)
Remuneração do pessoal	(110)	-	(110)
Serviço de terceiros	(313)	-	(313)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>909</u>	<u>-</u>	<u>909</u>
Total das despesas gerais e administrativas	<u>144</u>	<u>-</u>	<u>144</u>
Receitas financeiras	133	-	133
Despesas financeiras	<u>(759)</u>	<u>-</u>	<u>(759)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(626)</u>	<u>-</u>	<u>(626)</u>
Resultado antes da tributação	<u>2.107</u>	<u>910</u>	<u>3.017</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(140)</u>	<u>(31)</u>	<u>(171)</u>
Resultado do exercício	<u>1.967</u>	<u>879</u>	<u>2.846</u>

Os efeitos destes ajustes na demonstração do fluxo de caixa são como segue:

	31/12/2019 (Reapresentado)		
	Publicado	Ajustes	Saldo ajustado
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício	1.967	879	2.846
Ajustes em:			
Tributos e impostos diferidos	(49)	63	14
Remuneração do ativo contratual	(1.927)	(2.245)	(4.172)
Depreciação	7	-	7
Juros de empréstimos e financiamentos	668	-	668
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(22)	-	(22)
	644	(1.303)	(659)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Ativo contratual	2.653	1.303	3.956
Concessionárias e permissionárias	(65)	-	(65)
Outros ativos	11	-	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	(792)	-	(792)
Impostos correntes a pagar	142	-	142
Obrigações estimadas	(1)	-	(1)
Outras contas a pagar	(154)	-	(154)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.794	1.303	3.097
Imposto de renda e contribuição social pagos	(132)	-	(132)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.306	-	2.306
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	(13)	-	(13)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.392)	-	(1.392)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	<u>(647)</u>	<u>-</u>	<u>(647)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(2.039)</u>	<u>-</u>	<u>(2.039)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>254</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.023	-	2.023
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.277</u>	<u>-</u>	<u>2.277</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>254</u>

2.3 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de maio de 2021.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações das demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) *Contabilização de contratos de concessão*

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

(iv) Margem de construção

É a diferença entre o valor presente dos fluxos de recebimento mais a previsão do valor da indenização, e o valor total da previsão dos custos a incorrer no projeto, no momento do leilão.

(v) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(vi) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.6 Mensuração e divulgação do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “ativo contratual”, “Concessionárias e permissionárias”, “Ativo contratual” e “Outros créditos”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Dividendos a pagar”.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT).

e. Ativo de contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Despesas antecipadas

Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Modalidade	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Bancos		1	3
Banco do Brasil	Aplicação automática *	215	263
Caixa Econômica Federal	FIC Giro**	1.465	2.011
		1.681	2.277

* Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e é remunerada à taxa de 98% do CDI (98% em 31 de dezembro de 2019).

** Refere-se a Depósito Interfinanceiro (DI) a média de remuneração mensal é de 0,10% em 31 de dezembro de 2020 (0,39% em 31 de dezembro de 2019).

5 Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
CEF	FIC especial/personal RF LP *	799	783
		799	783

* Refere-se à aplicação financeira em cotas dos Fundos de Investimentos FIC ESPECIAL RF LP e FIC PERSONAL RF LP de carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa do Banco Caixa Econômica Federal, está vinculado ao financiamento com o BNDES como garantia concedida à instituição financeira. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES. A média de remuneração mensal é de 0,39% em 31 de dezembro de 2020 (0,34% em 31 de dezembro de 2019).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica	458	440
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	95	95
	553	535

Referem-se a encargos de uso de rede básica do sistema de transmissão e estão classificadas

como custo amortizado.

7 Ativo contratual

	31/12/2019 (Reapresentado)	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Baixas do ativo de contrato (-)	31/12/2020
Ativo contratual	62.915	4.809	(4.030)	63.694
Circulante	3.956	-	-	3.956
Não circulante	58.959	4.809	(4.030)	59.738

	31/12/2018 (Reapresentado)	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Baixa do ativo de contrato	Transferências	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo contratual	62.698	4.172	(3.955)	-	62.915
Circulante	3.883			73	3.956
Não circulante	58.815	4.172	(3.955)	(73)	58.959

Referem-se à prestação de serviços de construção e encargos de uso de rede básica do sistema de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

8 Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1). As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Prestação de serviços por Furnas Centrais Elétricas S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa com serviço de O&M totalizou R\$ 511 (R\$ 493 em 31 de dezembro de 2019).

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração dos administradores e encargos totalizou R\$ 498 (R\$ 342 em 31 de dezembro de 2019), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	Data de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
BNDES Contrato 13211071015	Entre 2% a.a. e 3,5% a.a. + TJLP	Março/2028	6.773	6.981
BNDES Contrato 13211071023	Entre 2% a.a. e 3,5% a.a.+ TJLP	Maio/ 2023	<u>1.328</u>	<u>1.877</u>
			<u>8.101</u>	<u>8.858</u>
Circulante			1.482	1.374
Não circulante			6.619	7.484

b. Cronograma de pagamento

2021	1.482
2022	1.482
2023	1.103
2024 a 2028	<u>4.033</u>
	<u>8.101</u>

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Em 01 de janeiro de 2019	<u>10.229</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.392)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<u>(647)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	8.190
Outras variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	<u>668</u>
Total das outras variações relacionadas com passivos	668
Em 31 de dezembro de 2019	<u>8.858</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>8.858</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(985)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<u>(290)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.275)
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	<u>518</u>
Total das outras variações relacionadas com passivos	
Em 31 de dezembro de 2020	<u>8.101</u>

Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa por representarem custos na obtenção de recursos financeiros.

d. Garantias

A Companhia deu como garantia do contrato de empréstimo a alienação fiduciária das ações emitidas pela Caldas Novas Transmissão S.A. de propriedade dos acionistas Santa Rita e Cel Engenharia, que corresponde a 50,10% das ações emitidas, e o restante da dívida é garantido mediante fiança da Companhia, da Eletrobrás e de Furnas.

e. Covenants

O contrato de financiamento do BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Comprometimento Sobre a Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 25%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, a qual, se ocorrer, deve ser previamente autorizada pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de, no mínimo, 1,3, a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3, a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

Adicionalmente, a Companhia precisará manter outra conta reserva com recursos equivalentes a, no mínimo, três vezes o valor do último pagamento vencido do contrato de O&M.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato firmado com o BNDES.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	2.956	3.017
(+/-) Resultado financeiro líquido	(491)	(626)
(+) Depreciação	2	7
(+/-) Outras despesas/receitas não operacionais	63	908
(+/-) Receita de remuneração do ativo contratual	(4.809)	(4.172)
(+/-) Receita anual permitida no exercício (Recebimentos)	5.121	4.546
Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	<u>2.842</u>	<u>3.680</u>

Índice de cobertura da dívida perante o BNDES

	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade do exercício anterior	2.277	2.023
(+) Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	2.842	3.680
(-) IRPJ/CSLL (Pagamento)	(129)	(132)
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal e pagamento de juros	<u>1.275</u>	<u>2.039</u>
C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	<u>3,91</u>	<u>2,73</u>

ii. **Índice de capital próprio**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total do patrimônio líquido	52.866	50.744
Total do ativo	<u>66.869</u>	<u>66.569</u>
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	<u>79%</u>	<u>76%</u>

10 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída provisão em razão da inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportadas pelos seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda, bem como de perda possível que requeresse divulgação.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de R\$ 18.149, representado por 18.149.094 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor
Acionistas						
Furnas Centrais Elétricas S.A.	9.056.398	49,900%	9.057	9.056.398	49,900%	9.057
Santa Rita Com. e Instalações Ltda.	4.546.348	25,050%	4.546	4.546.348	25,050%	4.546
Cel Engenharia Ltda.	4.546.348	25,050%	4.546	4.546.348	25,050%	4.546
	<u>18.149.094</u>	<u>100%</u>	<u>18.149</u>	<u>18.149.094</u>	<u>100%</u>	<u>18.149</u>

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definida no estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada em ata anualmente.

c. Dividendos a pagar

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja paga no decorrer do exercício de 2021, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>2.783</u>
Reserva legal (5%)	<u>(139)</u>
Lucro líquido ajustado	2.644
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	661

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.467</u>
Dividendos mínimos obrigatório	<u>661</u>
Pagamento de Dividendos.	(2.000)
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.128</u>

12 Receita líquida

	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)
Receita de remuneração do ativo financeiro	4.809	4.174
Receita de operação	<u>1.091</u>	<u>590</u>
Receita bruta	<u>5.900</u>	<u>4.764</u>
(-) PIS e COFINS	(215)	(175)
(-) Encargos regulatórios	<u>(228)</u>	<u>(227)</u>
Receita líquida	<u>5.457</u>	<u>4.362</u>

13 Custo de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais	(272)	(30)
Serviços de Terceiros	(723)	(781)
Seguros	(44)	(42)
Outros	<u>(2)</u>	<u>(10)</u>
Total Custo de Operação	<u>(1.041)</u>	<u>(863)</u>

14 Resultado financeiro

31/12/2020	31/12/2019
-------------------	-------------------

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	43	132
Outras Receitas Financeiras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>44</u>	<u>133</u>

Despesas financeiras

Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	(518)	(668)
Atualizações monetárias	(2)	(74)
Outras despesas financeiras	<u>(15)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(535)</u>	<u>(759)</u>
	<u>(491)</u>	<u>(626)</u>

15 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2020				31/12/2019 (Reapresentado)
	Base de cálculo	Impostos correntes	Baixas correntes	Total	
PIS diferido	63.694	31	(26)	414	409
COFINS diferido	63.694	144	(120)	1.911	1.887
Outros tributos diferidos		175	(146)	2.325	2.296
IRPJ diferido	63.694	95	(80)	1.274	1.259
CSLL diferido	63.694	<u>52</u>	<u>(44)</u>	<u>687</u>	<u>679</u>
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos		<u>147</u>	<u>(124)</u>	<u>1.961</u>	<u>1.938</u>
Total		<u>325</u>	<u>(270)</u>	<u>4.286</u>	<u>4.234</u>

b. PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita Anual Permitida (RAP)	5.121	4.563
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(186)	(167)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	<u>146</u>	<u>144</u>
Imposto corrente no resultado	<u>(40)</u>	<u>(23)</u>
Receita de remuneração	4.809	.173
Base de cálculo do imposto diferido	4.809	4.173
Alíquota de PIS e COFINS	<u>3,65%</u>	<u>3,65%</u>
Imposto diferido no resultado	<u>(175)</u>	<u>(152)</u>

PIS e COFINS dedução da receita (215) (175)

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020		31/12/2019 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP) –				
Recebimentos	5.121	5.121	4.563	4.563
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	410	615	365	548
Receitas financeiras	<u>46</u>	<u>46</u>	<u>134</u>	<u>134</u>
Base de cálculo	456	661	499	682
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(68)	(59)	(75)	(62)
Adicional de 10% - IRPJ	(22)	-	(26)	-
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	<u>80</u>	<u>44</u>	<u>79</u>	<u>42</u>
Imposto corrente no resultado	<u>(10)</u>	<u>(15)</u>	<u>(22)</u>	<u>(20)</u>
Receita de remuneração	4.809	4.809	4.173	4.173
Base de cálculo do imposto diferido	4.809	4.809	4.173	4.173
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	385	577	334	501
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido no resultado	<u>(96)</u>	<u>(52)</u>	<u>(84)</u>	<u>(45)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(106)</u>	<u>(67)</u>	<u>(106)</u>	<u>(65)</u>

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação	Valor
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	1
Aplicações financeiras	Custo amortizado	2.480
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	553
Ativo contratual	Custo amortizado	63.694
Outros ativos	Custo amortizado	<u>119</u>
		<u>66.847</u>
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020	Classificação	

Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.101
Dividendos a pagar	Custo amortizado	1.128
Outras contas a pagar	Custo amortizado	225
		9.454

**Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019
(Reapresentado)**

	Classificação	Valor (Reapresentado)
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2.277
Aplicações financeiras	Custo amortizado	783
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	535
Ativo contratual	Custo amortizado	62.915
Outros ativos	Custo amortizado	40
		66.550

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019

	Classificação	Valor
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.858
Fornecedores	Custo amortizado	4
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2.467
Outras contas a pagar	Custo amortizado	192
		11.521

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Empréstimo e financiamento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Prefixada	126	252	1.136	4.539	2.048	8.101

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020 averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		2,76	2,07	1,38
Aplicações financeiras		2.480	2.480	2.463	2.446
Remuneração estimada			68	51	34
Efeitos no resultado				(17)	(34)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		4.55	5,69	6,83
Empréstimos e financiamentos		8.101	8.101	8.009	7.917
Juros estimados			369	461	553
Efeitos no resultado				(92)	(184)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

* * *


Lauriston Severino
Diretor-administrativo-financeiro


Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Edson Júnior da Silva
Contador - CRC GO-001605/O